



UMA ANÁLISE ESPACIAL DAS ELEIÇÕES DE 2022 PELA GEOGRAFIA ELEITORAL

A Spatial Analysis of the 2022 Elections Through Electoral Geography

Un Análisis Espacial de las Elecciones de 2022 através de la Geografía Electoral

Wendell Teles de Lima¹ 

RESUMO

Este artigo se propõe a compreender o comportamento espacial do eleitorado brasileiro, com suas nuances, à luz da geografia eleitoral para demonstrar para onde caminha o país, tendo uma preocupação científica em sua análise regida pela geografia eleitoral. A metodologia adotada baseia-se em artigos científicos e trabalhos acadêmicos sobre o assunto, conduzidos por meio de pesquisa bibliográfica. Sendo assim, a pesquisa analisa os rumos atuais com base no pleito das eleições de 2022.

Palavras-chave: Geografia Eleitoral; Comportamento Eleitoral; Análise do Espaço.

ABSTRACT

This article aims to understand the spatial behavior of the Brazilian electorate, with its nuances, in light of electoral geography to demonstrate where the country is heading, with a scientific concern in its analysis guided by electoral geography. The methodology adopted is based on scientific articles and academic works on the subject, conducted through bibliographic research. Thus, the research analyzes the current trends based on the 2022 elections.

Keywords: Electoral Geography; Electoral Behavior; Space Analysis.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender el comportamiento espacial del electorado brasileño, con sus matices, a la luz de la geografía electoral para demostrar hacia dónde se dirige el país, con una preocupación científica en su análisis guiado por la geografía electoral. La metodología adoptada se basa en artículos científicos y trabajos académicos sobre el tema, realizados mediante investigación bibliográfica. Por lo tanto, la investigación analiza las tendencias actuales basadas en las elecciones de 2022.

Palabras clave: Geografía Electoral; Comportamiento Electoral; Análisis Espacial.

¹ Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (2000), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (2008), doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2015) e pós doutorado em geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2021). Atualmente é professor da Universidade do Estado do Amazonas, prof do modulado geogr. política matutino da Universidade do Estado do Amazonas e prof do modulado geogr. política vespertino da Universidade do Estado do Amazonas.

E-mail: wendelltelesdelima@gmail.com

INTRODUÇÃO

O artigo intitulado uma Análise Espacial das Eleições pela Geografia Eleitoral, trata de uma pesquisa bibliográfica que busca compreender o comportamento espacial do eleitorado brasileiro, com suas nuances, a luz da geografia eleitoral e demonstrar para onde caminha o país, tendo uma preocupação científica em sua análise regida pela geografia eleitoral. O presente trabalho é resultante das inquietações dos autores sobre aspecto relacionado ao pleito do ano de 2022.

A Geografia Eleitoral é sub-ramo da geografia com interseção com a ciência política e a sub-ramo da Geografia Política, estudando o comportamento social do voto no espaço geográfico, serve como base para compreender o voto no território, daí a sua importância eleitoral nas cidades no país e nos Estados Federados.

A geografia eleitoral é uma subárea da Geografia, vinculada com a ciência política e a geografia política. Busca compreender as relações do voto com o espaço. Podem-se citar dois pesquisadores pioneiros nessa área de estudo: Andre Siegfried (1913) e Rudolf Heberle (1945). O primeiro foi o fundador da geografia eleitoral francesa. No seu estudo pioneiro “Tableau politique de la France de l’ouest sous la Ve Republique” buscou estabelecer uma associação entre características físicas da França Ocidental e padrões de votação. O pesquisador alemão Rudolf Heberle identificou, em seu trabalho, as áreas onde o partido nazista tinha o seu apoio eleitoral nas eleições parlamentares da Alemanha de 1933. (Zolnerkevic; Raffo, p. 221-213).

Com a eleição disputada para o cargo de presidente do país, além desse cargo outros cargos foram eclipsados com essas eleições majoritárias, tendo governador para estados e senadores federais, por que assim denominada que eram para cargos do governo federal.

O preenchimento dos cargos de representação política por eleições supõe a definição de uma “fórmula eleitoral”, ou seja, da série de procedimentos usados para calcular, a partir dos votos dados pelos eleitores, quais são os candidatos eleitos. A prevalência do princípio geral de que a maioria deve se impor nos pleitos eleitorais não elimina a possibilidade de existência de fórmulas eleitorais muito distintas. A situação se simplifica, no entanto, quando o órgão representativo é composto de apenas um representante eleito. É o caso, no Brasil, dos poderes executivos municipais, estaduais, distrital e nacional. Como apenas um prefeito, governador ou presidente é eleito no município, estado, Distrito Federal ou país, a lista de fórmulas eleitorais disponíveis praticamente se resume a variações da regra que outorga o cargo disputado ao candidato que obtenha maioria na votação.

Conhecemos bem, pela própria experiência brasileira, algumas variações na maneira de se determinar que candidato tem maioria na eleição, mesmo no caso de disputa de um único cargo. Assim, nos municípios com até duzentos mil eleitores, as eleições de prefeitos são realizadas em turno único, sendo eleito o candidato que obtenha mais votos que qualquer dos outros concorrentes, ou seja, que obtenha maioria simples, ainda que o percentual de votos por ele obtido seja relativamente pequeno em relação ao total de votos dados no pleito (por

exemplo, vinte por cento dos votos em uma eleição em que cada um dos outros cinco candidatos obtiveram percentual ainda menor). Pode-se considerar, no entanto, que o candidato vitorioso deva ter uma maioria mais consistente; nessa hipótese, para ganhar a eleição em um único turno, exigir-se-á que, além de ser o mais votado, ele supere outras barreiras. No Brasil, isso acontece nas eleições de prefeitos em municípios com mais de duzentos mil eleitores, de governadores e do presidente da república; a exigência “extra”, entre nós, é que o candidato obtenha a maioria absoluta dos votos válidos, ou seja, mais de cinquenta por cento deles, caso contrário, a decisão irá para um segundo turno eleitoral, em que se enfrentarão apenas os dois candidatos mais votados no primeiro turno. (Rabat, 2010, p. 3).

Essa questão colocada pelo autor é condizente nos dias de hoje e bastante discutido, pois existem candidatos que não estão preparados pra uma discussão acerca dos 50% dos votos computados, ou seja, o candidato que conseguiu acima desse quantitativo, certamente será eleito que que haja o segundo turno.

Figura 01: Mapa de Votos para Presidente no Brasil.



A Geografia Eleitoral, como subcampo da Geografia Política, se dedica a analisar a relação entre o espaço geográfico e os processos eleitorais. Essa análise vai além do simples mapeamento dos resultados das urnas, buscando compreender as causas e as consequências da distribuição espacial dos votos.

Alguns dos principais temas de estudo da Geografia Eleitoral, são, a distribuição espacial dos votos, ou seja, como os votos se distribuem pelo espaço geográfico e quais são os fatores que influenciam essa distribuição; assim como o comportamento eleitoral, de como os diferentes grupos sociais e os diferentes lugares influenciam o comportamento eleitoral; além disso, a Geopolítica das eleições, ou seja, como as eleições são utilizadas para legitimar ou contestar fronteiras, territórios e identidades. Há ainda, a questão das desigualdades espaciais e eleições, de como as desigualdades espaciais influenciam os resultados das eleições e as políticas públicas e de como os sistemas eleitorais e representação, se dão nos diferentes sistemas eleitorais influenciam a representação política dos diferentes grupos sociais e dos diferentes lugares (Avelar & Walter, 2008).

A Geografia Eleitoral utiliza diversas ferramentas e métodos para analisar os processos eleitorais, a análise espacial, a partir da utilização de técnicas estatísticas e geotecnologia para analisar a distribuição espacial dos votos e identificar padrões, assim como os estudos de caso, para a análise aprofundada de um único caso de eleição para compreender as suas particularidades (Azevedo, 2020)

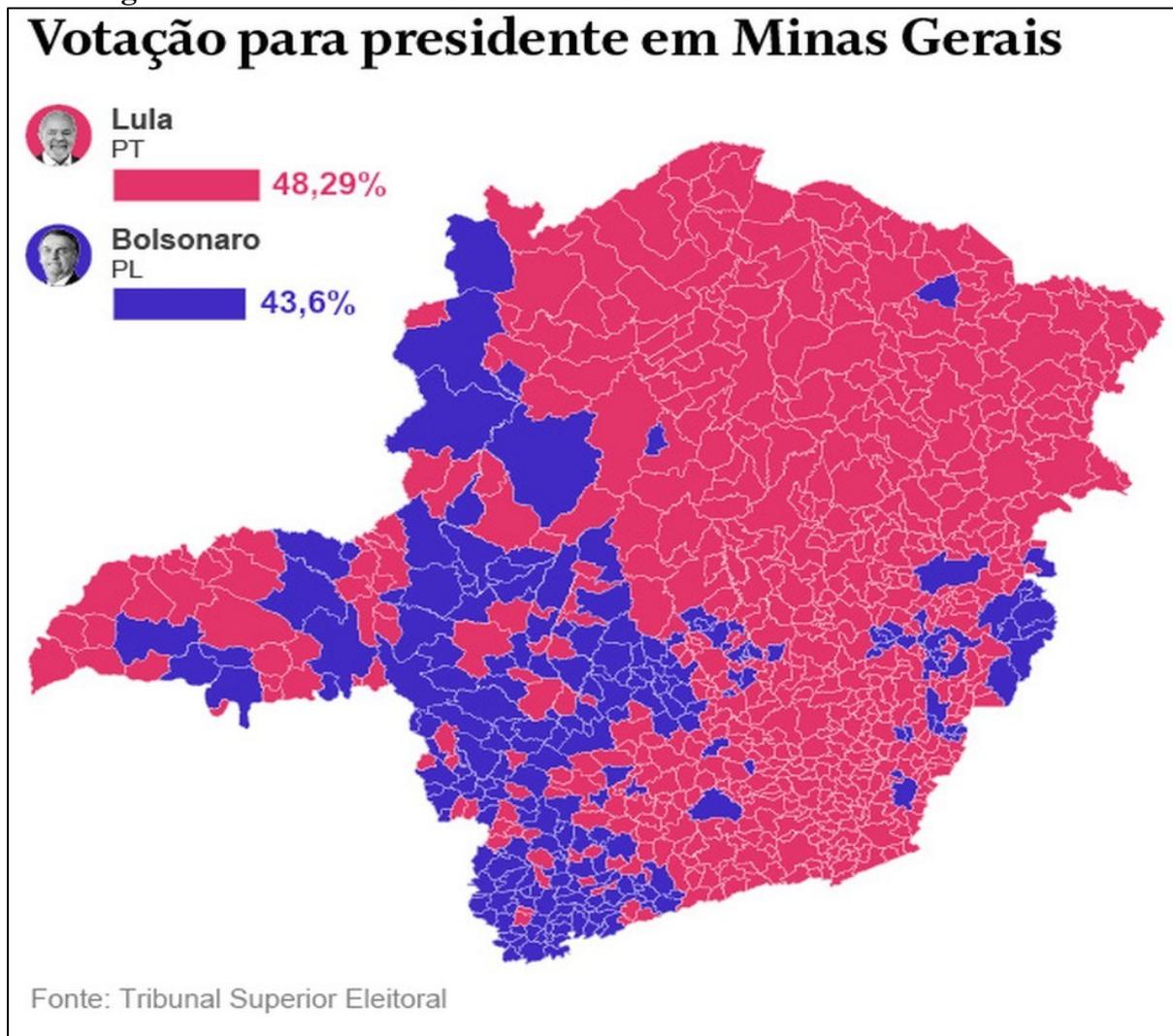
A análise histórica se faz importante pelo fato de analisar as eleições passadas para compreender como os processos eleitorais mudaram ao longo do tempo, isso pois, a Geografia Eleitoral é um campo de estudo relativamente novo, mas que vem crescendo em importância, sobretudo a partir da globalização e as migrações que intensificaram os fluxos populacionais e os processos de redefinição de fronteiras, tornando a análise espacial dos processos eleitorais ainda mais relevante (Carvalho, 2009).

A democratização de muitos países levou a um aumento da participação popular nas eleições, tornando crucial o estudo do comportamento eleitoral e da representação política, principalmente por meio do desenvolvimento de novas tecnologias que facilitaram a coleta e a análise de dados sobre os processos eleitorais, abrindo novas possibilidades de pesquisa – não se abre mão de dizer que a Geografia Eleitoral tem um papel importante a desempenhar na compreensão dos desafios da democracia contemporânea, tais como as desigualdades sociais e espaciais, e também a crise de representação, pelo fato de se precisar saber como as instituições

democráticas podem ser fortalecidas para melhor representar a diversidade da sociedade, em estudos para além do populismo e extremismo (Carvalho, 2009).

Como já falamos, o estado de Minas Gerais depois do Estado de São Paulo é o segundo maior colégio eleitoral do país, sendo eleições para presidente da república se destaca como uma unidade decisiva na decisão do comando do país.

Figura 02: Votos em Minas Gerais de Ministra a Performance dos Presidênciaáveis.



Fonte: obo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/lula-vence-bolsonaro-em-sete-em-cada-dez-cidades-de-minas-veja-o-mapa-de-votacao-no-estado. (2022).

Ou seja, para alguns analistas políticos o estado de Minas Gerais representa a totalidade do país dividido, ao mesmo tempo em que representa um estado rural ao mesmo tempo representa um estado industrial, vivendo uma contradição espacial, visto no país, sendo assim torna-se uma vitrine de disposição dos candidatos para presidente do país.

Figura 03: Composição dos Partidos no Congresso Nacional.



Fonte: noticia/2022/10/10/clausula-de-barreira-patriota-ptb-e-psc-temem-asfixia-financeira-e-discutem-fusao-ou-incorporacao-entenda. (2022).

Tais fatores das complexidades que envolvem as eleições no Brasil, são longas e marcadas por períodos de avanços e retrocessos na conquista do direito ao voto e na construção da democracia. As eleições no Brasil tiveram início no século XVI, ainda no período colonial, com a escolha dos conselhos municipais, no entanto, o direito ao voto era extremamente restrito, limitado aos homens livres e ricos, tanto que as mulheres, os indígenas, os escravizados e os analfabetos estavam excluídos do processo eleitoral. O país levou muito tempo para ter eleições universais, fruto da própria formação socio territorial brasileira, uma longa história de lutas, em um território que foi construído sobre o sangue de muitas revoltas, revoluções e guerras (Fraga, 2019). Para chegarmos ao nível dos dias atuais, preciso de um forte movimento político e social, algo que ainda segue em curso (Fraga, 2005).

Metodologicamente, para a realização deste artigo, foram levantadas informações que pudessem compreender pleito do ano de 2022 no país. As coletas de dados foram feitas por meio de pesquisas bibliográficas tendo como: artigos, livros e revistas foram de grande importância, nas quais foram encontradas informações prévias para o enriquecimento na realização da pesquisa, buscando contribuição de vários autores que trabalham na temática.

A pesquisa consiste em uma pesquisa bibliográfica baseada em artigos científicos e trabalhos acadêmicos sobre assunto, obtidos a partir de diversos sites de busca sobre a temática,

sobretudo no banco de teses das universidades com programas de pós-graduação em Geografia do Brasi, além de outros bancos de pesquisas bibliográficas, assim como o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico e que necessita uma dedicação, bem como estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados.

RESULTADO E DISCUSSÃO: PENSANDO O FORMATO DAS ELEIÇÕES DO PAÍS

Sem atingir a chamada cláusula de barreira nas eleições de 2022, as legendas Patriotas, PTB e PSC devem se reunir nesta semana em busca de saídas que garantam a sobrevivência funcional das siglas, conforme vemos na figura acima 03 a composição das forças do país.

Essas mudanças ocorreram nos mais diversos sistemas partidários, estendendo-se do Leste Europeu à América Latina e África, tornando-se um fenômeno sociopolítico, que dominou grande parte da agenda de pesquisas internacionais (BOLLIN, 2007; HARMEL; ROBERTSON, 1985; HUG, 2001; MAINWARING, 1999; TAVITS, 2006, 2008; CHHIBBER; KOLLMAN, 2004; BOIX, 2007). Embora exista essa vasta profusão de estudos no nível internacional, a ciência política brasileira se dedicou pouco a essa temática, mesmo tendo um sistema partidário em que novos partidos se formaram em todas as eleições desde a reabertura. Na década de 1990, Lima Júnior (1993) analisou as características dos partidos surgidos na década de 1980. Outras autoras, como Kinzo (1988), Meneguello (1989) e Keck (1991), investigaram extensivamente a formação do PMDB e do PT, sequencialmente. Porém, como se pode notar, o principal foco desses estudos estava nos maiores partidos, (Rocha, *s./d.*, p.1).

Tendo em vista no país a nova reestruturação da política partidária no país, existem alguns partidos políticos que são chamados de aluguel o de ocasião partidária para eleger alguns políticos, sua conveniência se dar só no momento da eleição, e da parte do partido para garantir sua sobrevivência da legenda e para se beneficiar dos recursos políticos são partidos fisiológicos.

Como pode ver a baixo que alguns partidos políticos no país são feitos por políticos por conveniência partidária, isso ocasionou uma distorção na política do país, provocando o estímulo a falta de aliança partidária por parte dos políticos.

Figura 04: Reforma Partidária no País.



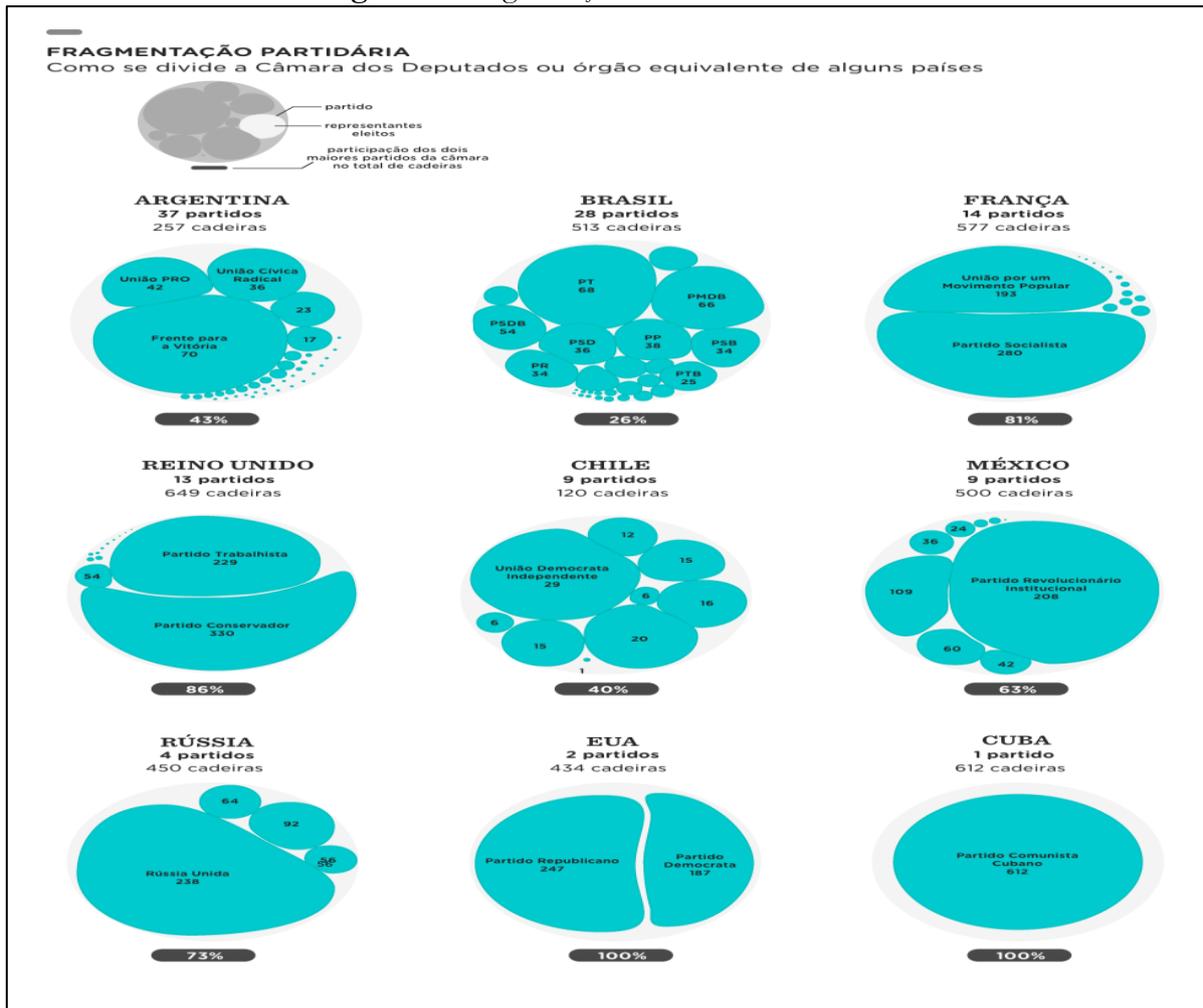
Fonte: Eduardo Thomas (2022).

Na figura 5 temos a predominância dos partidos políticos, que muitas vezes não partidos do presidente da república e nem coligação com o dele, no entanto, o partido do presidente, vai ter que aprender com ideias diferentes nestes estados governados por esses partidos, sendo do jogo democrático buscar a governabilidade com o diferente. O sistema eleitoral brasileiro atual é baseado no voto direto, universal e obrigatório, sendo o voto secreto, e o sistema eleitoral é proporcional, o que significa que o número de cadeiras nas casas legislativas é distribuído de acordo com o número de votos que cada partido ou coligação recebe (TSE, 2023).

A organização partidária no mundo varia muito de país para país, mas existem algumas características gerais que podem ser observadas, como por exemplo, os tipos de sistemas partidários, que podem ser assim resumidos: sistema bipartidário, sendo o sistema mais comum no mundo, em que apenas dois partidos dominam o cenário político, como nos Estados Unidos e Reino Unido; o sistema multipartidário, onde nesse sistema, existem vários partidos com chances reais de conquistar o poder, como no Brasil e Alemanha; e o sistema de partido único, onde nesse sistema, apenas um partido político é legalizado e controla o governo, a exemplo da China e Cuba (Fundação Konrad Adenauer, 2023).

No tocante a organização interna dos partidos, temos os partidos de quadros, que são partidos organizados em torno de um grupo de líderes e intelectuais, a exemplos dos partidos comunistas. Os partidos de massa, que são partidos que buscam mobilizar um grande número de membros e simpatizantes, como os partidos socialdemocratas, e, por fim, os partidos clientelistas, que são partidos que baseiam seu poder na distribuição de favores e benefícios aos seus membros, como se observa em muitos casos em partidos da América Latina (Fundação Konrad Adenauer, 2023).

Figura 05: Organização Partidária no Mundo



Fonte: Eduardo Thomas (2022).

Alguns partidos são construídos no afã do momento, por conveniência partidária, não tendo por parte dos políticos fidelidade partidária, são partidos artificiais, para beneficiar um dado interesse político.

Como é de conhecimento de toda a sociedade, muitos parlamentares eleitos de forma democrática geralmente não terminam os seus mandatos filiados ao mesmo partido pelos quais foram eleitos. Tal migração partidária isto envolve inúmeros aspectos, inclusive interesses particulares, já que este fato não ocorre com um, dois, ou três parlamentares, mas abrange um enorme número de candidatos eleitos, que procuram uma nova agremiação política após a nomeação ao cargo público, alterando profundamente a estrutura política que havia se previsto logo após do processo eleitoral, infelizmente.

A troca de partidos políticos pelos candidatos é muito freqüente, motivada principalmente por interesses eleitorais. O que se verifica freqüentemente é que, um candidato eleito por um partido que compõe o bloco oposicionista provavelmente migrará para outro partido da base aliada ao governo, uma vez que, sendo da base aliada, este parlamentar poderá ser mais facilmente nomeado a cargos expressivos dentro do Congresso Nacional, ou então terá maior facilidade em ver aprovadas as suas emendas, principalmente as orçamentárias, tão discutidas e suspeitas atualmente no Brasil. (Santano, *s./d.* p. 3).

Tendo em vista o sistema político brasileiro ser baseado no sistema presidencialista, o presidente se mante no poder com o apoio dos partidos políticos, por isso, que é bom para o presidente em curso ter uma base de apoios consolidada para manter suas pretendidas ações em seu plano governamental. Na figura 05 vimos alguns sistemas partidário políticos de alguns países do mundo e sua organização, dentro da lógica de poder e conflito interno de cada país.

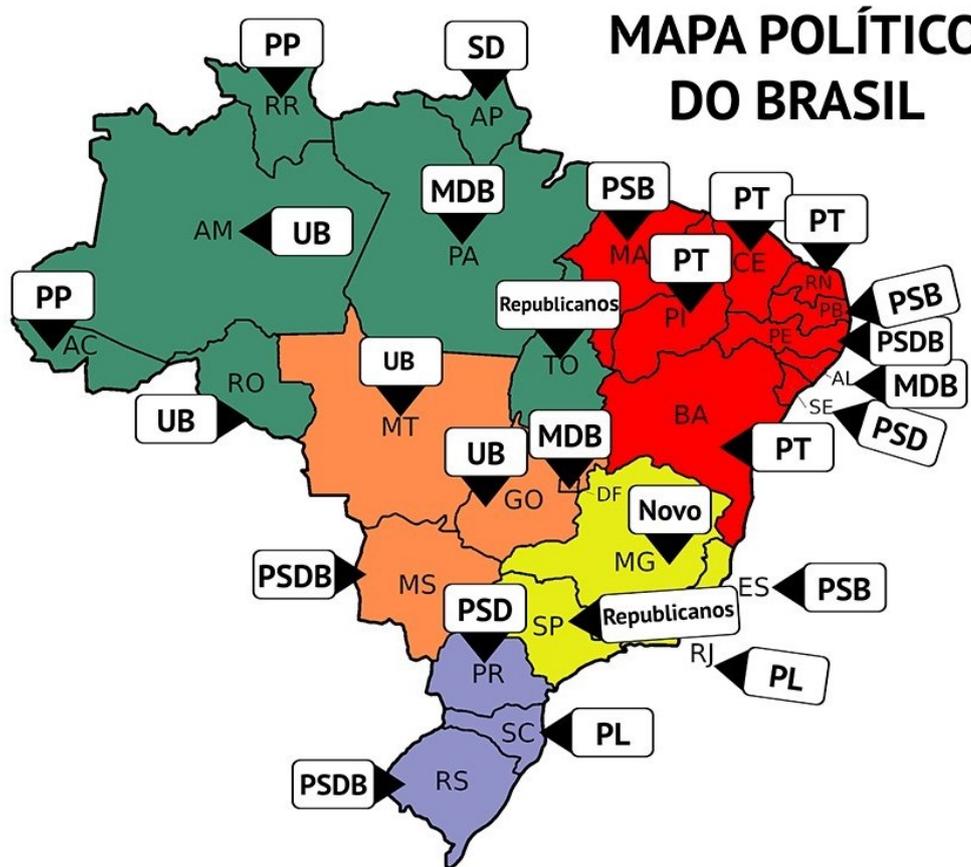
Tendo em vista que além da eleição para presidente o Brasil também teve eleições para governadores, senadores e deputados federais, que se constituem como eleições majoritária , conseguimos observar na figura 06 os candidatos eleitos nos estados federados, além do Distrito federal, que foram eleitos pelo partido do presidente , ao mesmo tempo, pela oposição, sendo que muitas vezes não fazem parte da mesma coligação partidária. No entanto, o sistema presidencialista permite essa formação oposta da política partidária, e tal situação é chamada de democracia partidária.

A organização interna dos partidos brasileiros varia muito, mas em geral, eles se baseiam em estruturas hierárquicas, com um líder ou grupo de líderes que controla as decisões do partido. O financiamento dos partidos brasileiros é misto, com recursos públicos e privados, o financiamento público é regulamentado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mas os partidos brasileiros enfrentam diversos desafios, como a apatia política, a ascensão da antipolítica e a influência do dinheiro na política (TSE, 2023).

A partir das eleições de 2022, formou-se um novo mapa político brasileiro que de certa forma demonstra a fragmentação partidária nos governos estaduais, tanto que 11 legendas, sem contar as coligações, vão governar as 27 unidades da federação nos quatro próximos anos. Os partidos com maiores números de estados foram o PT e o União Brasil, com quatro cada. O partido

do ex-presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, ganhou em quatro estados da região Nordeste: Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Formado a partir da união entre as legendas de direita DEM e PSL, o União Brasil terá o comando de estados no Centro-Oeste e Norte (Amazonas, Goiás, Mato Grosso e Roraima). MDB, PSB e PSDB têm três cada (Figura 06).

Figura 06: Domínio Político das Legendas Partidárias por Estado da Federação.



Fonte: Rede Brasil Atual (2022).

Essa eleição de 2022 no Brasil veio demonstrar um fato curioso, onde o candidato vencido foi aclamado pela por uma parcela da população, ou seja, depois da constituição ou consolidação democrática do país, essa foi a primeira vez na história política que parte até considerável do “povo” se julga vitorioso em detrimento do resultado das urnas, não sendo necessariamente um clamor da burguesia do país, mas da classe média de extrema direita, tais fatos demonstram que o espaço geográfico a partir dos territórios de poder, desenvolvem articulações e ações em prol dos seus preteridos poderes .

O território, como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, vem sendo objeto de ações tanto de iniciativas da própria sociedade, através de movimentos sociais, organizações não-governamentais e entidades privadas,

como de políticas públicas. Esse processo acaba por se deparar com alguns problemas importantes como o confronto entre políticas setoriais e políticas territoriais, estruturas centralizadas e descentralizadas de gestão e planejamento, ambiente institucional local e externo, para destacar os mais relevantes. Estes, por sua vez, terão implicação sobre outra quantidade de pontos importantes para uma perspectiva de sucesso de propostas de desenvolvimento territorial. (Flores, *s./d.*, p.3).

Mas, e ao mesmo tempo, um candidato popular foi eleito pela maioria da população em detrimento do candidato da burguesia, mesmo estando a burguesia governando o Estado, isso mexeu a configuração política no país, ocasionando o 8 de janeiro, um movimento dos contrários ao resultado das urnas das eleições presidenciais. Tal debate segue em curso ainda no Brasil, cujo resultado e futuro da situação política segue em construção.

COSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia Eleitoral é um campo de estudo dinâmico e em constante evolução, com um grande potencial para contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O que essa eleição presidencial demonstrou com a eleição de um presidente “popular” tendo em busca sua origem, e as áreas mais pobres dos estados, como o caso do estado de Minas Gerais, que grande parte do Norte voltou com o presidente vencedor das eleições presidenciais, que concentra a maior parte dos pobres desse estado, voltaram no presidente mais “popular”.

Importante destacar que uma das principais características da Geografia Política do Brasil no decorrer da sua formação socioterritorial é a desigualdade regional, isso repercute diretamente no fazer políticas internas, para além dos partidos políticos, pois envolve uma série de interesses públicos e privados. As desigualdades são passíveis de serem verificadas nas relações de poder a partir das mesorregiões geográficas nacionais, onde o Sudeste e o Sul concentram a maior parte da riqueza e do desenvolvimento do país, enquanto o Norte e o Nordeste apresentam os índices mais baixos de desenvolvimento humano e renda per capita. Essa disparidade regional gera desafios como migração interna, concentração de renda e pobreza, e inquestionavelmente está representada no poder político interno. Apenas a questão Amazônica, por exemplo, representa o enfrentar de diversos desafios no âmbito regional e nacional, sobretudo pelas questões do desmatamento ilegal, o garimpo predatório e a exploração insustentável dos recursos naturais, sendo essa uma questão central na Geografia Política do Brasil, com grande impacto nas relações internacionais e na política nacional, gerando grandes debates em tempos de eleições, como ocorreram em 2022.

Mas a concentração urbana se mostra como outro desafio, onde se localizam os maiores colégios eleitorais da Federação, sobretudo pelo fato de o Brasil ser um país altamente urbanizado, com mais de 80% da população vivendo em cidades. As principais metrópoles e maiores colégios eleitorais brasileiros são: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte, concentram grande parte da atividade econômica, política e cultural do país, mas que necessariamente não conseguem eleger um presidente sozinhas, a exemplo das eleições de 2022, onde os votos vindos do Nordeste, tiveram um peso de virada no resultado final.

Por fim, os Movimentos Sociais e Participação Popular da sociedade brasileira é marcado por uma grande mobilização social, com diversos movimentos sociais lutando por seus direitos e por mudanças sociais, que reverberam, principalmente, nos votos para os partidos de esquerda e, mesmo, de centro-esquerda, pois a participação popular é um elemento fundamental da Geografia Política do Brasil, com os cidadãos cada vez mais engajados na defesa de seus interesses e na construção de uma sociedade mais justa e democrática, pois, caso contrário, sem tais movimentos, as eleições lançariam o país com mais facilidade para eleições majoritárias em candidatos que defendem os interesses da burguesia.

REFERÊNCIAS:

AVELAR, L.; WALTER, I. M. T. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**, v.14, n.1, p.96-122, 2008.

AZEVEDO, D. A. Escala e escala política: como a Geografia pode apontar a fragilidade na teoria da democracia participativa. **Revista Espaço e Geografia (UnB)**, v. 23, p. 149-184, 2020.

CARVALHO, N. R. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrópoles**, v. 11, n. 22, p. 367-384, 2009.

Eduardo Thomas. Disponível em: <eduardothomas.com.br/wp-content/uploads/2016/12/comparativo-partidos-brasil-mundo>. Acesso em: 06/12/2022.

Estadão. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/agregador-de-pesquisas-projecao-mostra-lula-a-frente-em-16-estados-bolsonaro-lidera-em-8/>. Acesso em: 02/12/2022.

FRAGA, Nilson Cesar. **Geografias de tempos de dominação e barbárie**: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Organizadores: Flamarion Dutra Alves [et al.]. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 84-114.

FRAGA, N. C. **Território, Região, Poder e Rede**: olhares e possibilidades conceituais de aproximação. Curitiba: Relações Internacionais no Mundo Atual, a. VII, n. 7, p. 9-32, 2007.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – uma visão do estado da arte. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developmento.pdf>. Acesso em: 02/12/2022.

Fundação Konrad Adenauer. Disponível em: <<https://www.kas.de/en/home>>. Acesso em: 28/06/2023.

G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/10/clausula-de-barreira-patriota-ptb-e-psc-temem-asfixia-financeira-e-discutem-fusao-ou-incorporacao-entenda.ghtml>>. Acesso em 10/10/2022.

O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/lula-vence-bolsonaro-em-sete-em-cada-dez-cidades-de-minas-veja-o-mapa-de-votacao-no-estado.ghtml>>. Acesso em: 24/10/2022.

ROCHA, D. V. **Organização de novos partidos políticos**: entre estratégias de cooptação e contestação. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/LhKJTMYSzMLDNYnpfQ6f4Dq/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 04/11/2022.

RABAT, M. N. **Sistema Eleitoral Majoritário (voto distrital)**, Câmara dos Deputados Praça 3 Poderes Consultoria Legislativa Anexo III - Térreo Brasília – DF, 2022.

Rede Brasil Atual. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/novo-mapa-politico-do-pais-mostra-fragmentacao-11-partidos-governarao-26-estados-e-o-distrito-federal/>>. Acesso em: 24/09/2022.

SANTANO, A. C. **A Fidelidade Partidária**: Moralização Da Política Ou Impedimento Do Exercício De Direitos Individuais? <[https://www3.al.sp.gov.br/repositorio/ilp/anexos/1525/YY2014MM3DD3HH12MM58SS18-TRE-PR-revista-067-ana-claudia-santano%20\(1\).pdf](https://www3.al.sp.gov.br/repositorio/ilp/anexos/1525/YY2014MM3DD3HH12MM58SS18-TRE-PR-revista-067-ana-claudia-santano%20(1).pdf)>.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 06/04/2023.

ZOLNERKEVIC, A.; RAFFO, J. G. Geografia eleitoral: representação espacial da volatilidade do voto. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, N°33, pp. 221- 228, 2013.

Recebido em: 19 de novembro de 2022

Aceito em: 30 de dezembro de 2023